



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-LN EM 2016

16 de dezembro de 2016

Ilhabela

1
2
3
4 O Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN) reuniu-se em plenária dia 16 de
5 dezembro de 2016, no auditório da Prefeitura de Ilhabela. Cerca de 50 pessoas prestigiaram o evento,
6 entre o colegiado e público em geral.

7 O evento contou com a presença dos prefeitos de Ilhabela, Toninho Colucci, e de Ubatuba
8 Maurício Moromizato. Representado o prefeito de São Sebastião, Ernane Primazzi, compareceu o
9 secretário de Meio Ambiente Eduardo Hipólito do Rego, que ocuparam a mesa diretora da plenária, assim
10 como o secretário-executivo do CBH-LN, Fabio Luciano Pincinato, e o vice-presidente deste colegiado,
11 Paulo André Cunha Ribeiro.

12 Todos saudaram o CBH-LN pela histórica atuação no Litoral Norte e único fórum que possibilita
13 o encaminhamento de projetos da sociedade e dos poderes público para fins de financiamento do Fundo
14 Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

15 Na ocasião foi aprovado o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Unidade de
16 Gerenciamento de Recursos Hídricos do LN (UGRHI 3) de 2016 – Dados 2015. Trata-se de um dos mais
17 importantes instrumentos de gestão do CBH-LN que apresenta indicadores e tem por principal objetivo
18 fornecer o diagnóstico de demanda e disponibilidade dos recursos hídricos, além de avaliar eficácia do
19 Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte.

20 Paulo André citou recente vitória da sociedade civil organizada, participante do CBH-LN. Ele se
21 referiu à verba de custeio para participação em reuniões deste colegiado, conforme consta no projeto de
22 lei 192/2016 do Governo do Estado, aprovado em 22 de novembro. O recurso é destinado à
23 hospedagem, alimentação e ao transporte, mediante limite de valor e sob comprovação de despesas.

24 Paulo André falou sobre a crise econômica nacional em 2017, já anunciada, que também afetará
25 a gestão dos recursos hídricos. A Emenda Constitucional 93/2016, aprovada em setembro, estabelece a
26 desvinculação de receitas do Distrito Federal, Estados e Municípios, em 30%. Considerando que o
27 Fehidro é uma receita vinculada passível desta desvinculação, os CBHs são orientados a limitar suas
28 projeções financeiras neste índice.

29 Eduardo Hipólito, reconhecendo o fundamental trabalho da secretaria-executiva do CBH-LN,
30 cumprimentou Fábio Pincinato, Lara Bueno Giacomini e Marcio José Santos, saudando também os
31 prefeitos que passaram pela presidência deste colegiado, como Colucci e o atual presidente Moromizato.

32 Hipólito também exaltou o trabalho de Fernando Parodi, funcionário da Prefeitura de São
33 Sebastião, membro atuante do CBH-LN, que elaborou projeto no valor de R\$ 500 mil em financiamento
34 do Fehidro para esta Prefeitura, em 2017. “Um presente para a próxima gestão”, observou o secretário.

35 Em tom de despedida como prefeito de Ilhabela, Colucci cumprimentou nominalmente vários dos
36 presentes à plenária. Citou que encerra mandato de oito anos, com conquistas proporcionadas pelo CBH-
37 LN à sociedade ilhabelence. “Temos muito ainda a fazer pela sobrevivência de nosso planeta, parabéns a
38 todos, que continuemos avançando em 2017”.

39 Moromizato também cumprimentou a todos e falou sobre o próximo ano desafiador em
40 decorrência da situação econômica do país. Ele frisou que a atuação da sociedade civil será fundamental
41 para não prejudicar o trabalho do CBH-LN. “Precisamos avançar em saneamento básico, em preservação
42 dos recursos hídricos. Devemos buscar recursos nos governo estadual e federal; dia 2 de janeiro
43 estaremos ao lado da sociedade civil, precisaremos fazer nossa parte”, também disse Moromizato.

44 Fábio Pincinato expôs para deliberação do plenário dois projetos, cujas instituições resolveram
45 pendência burocráticas para indicação a financiamento do Fehidro, registrando-se no Cadastro de
46 Entidades, obrigatório às instituições que pleiteiam recursos ao Fehidro. Uma vez regularizadas, os
47 conselheiros do CBH-LN aprovaram o encaminhamento dos projetos: um do Instituto Supereco para
48 prática de ecoagricultura, e outro da Atitude 225 que trabalhará com soluções alternativas e capacitação
49 de comunidade de Camburi, em Ubatuba. Conforme Pincinato, ainda há cerca de R\$ 600 mil disponíveis
50 para projetos do Litoral Norte, recurso que será reservado para inscrições em 2017, somando-o à cota de
51 verbas desse exercício.

54

55 **Relatório de Situação e Plano de Bacias**

56

57

58

59

60

61

62

63

A oceanógrafa Iara Giacomini, da secretaria-executiva do CBH-LN fez exibição sobre o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Litoral Norte 2016, ano-base 2015. “Neste ano (2016) iniciamos a revisão do Plano de Bacias Hidrográficas o que implica na revisão do Diagnóstico dos recursos hídricos de nossa região, conforme orientações da Deliberação 146/2012 da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRH) do Governo do Estado”. Concomitante à elaboração do Diagnóstico dos recursos hídricos, produzimos o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos, versão simplificada, haja vista que o referido diagnóstico supera o conteúdo técnico solicitado no Relatório de Situação, e que o Relatório de Situação é parte integrante do Diagnóstico do Plano de Bacias.

64

65

66

67

68

69

70

Iara afirma que para a revisão do Relatório de Situação e Diagnóstico do Plano de Bacias foram atendidos todos os itens da Deliberação 146/2012. “O trabalho foi feito com muito carinho e cuidado, tive a honra de coordená-lo, e trabalhei para que seja um documento útil, acessível à população e com base em dados reais”. Ela frisa que todos os esforços para a composição deste documento – instrumento de gestão do CBH-LN – são provenientes das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho deste colegiado, de mais de 20 instituições que responderam a ofícios sobre dados complementares ao Relatório de Situação.

71

72

73

A revisão do diagnóstico dos recursos hídricos do Litoral Norte começou em 2015, e em 2016 foi pauta de trabalho das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho o ano todo, havendo a promoção de oficinas regionais em abril e outubro últimos, abertas ao público, com prévia e ampla divulgação.

74

Força Motriz

75

76

77

78

79

80

81

Para explicar em linhas gerais o conteúdo do Relatório de Situação Iara falou sobre as principais Forças Motrizes da região. Um dos indicadores de Força Matriz trata da taxa geométrica de crescimento anual da população do Litoral Norte. Segundo ela, o LN possui um dos maiores ritmos de crescimento populacional do Estado. O Litoral Norte cresce em termos demográficos acima da média do Estado: em 2015, o Estado cresceu 0,94%, enquanto a taxa do Litoral Norte foi 1,88%, sendo Ilhabela com 2,43% e São Sebastião, 2,08%. Iara cita que Ilhabela, dentre os 645 municípios do Estado, ocupa o 37º lugar no ritmo de crescimento populacional. Caraguá e São Sebastião estão em torno da 70ª posição e Ubatuba 105ª.

82

83

84

85

86

87

88

Conforme Iara, o aumento populacional se deve aos nascimentos na região e ao processo de migração. Ela também cita a população flutuante que faz o setor comercial prosperar. Dados oficiais apontam 300 mil pessoas residentes e a população flutuante em torno de 1 milhão de pessoas ou mais durante os picos da temporada de verão, o que significa fazer gestão também para este contingente. Iara destaca que cada dado oficial é dotado de um “porém”, que implica acréscimos preocupantes. “Por isto faço apelo aos gestores – às prefeituras – para evitarem considerar um dado oficial isoladamente ao estabelecer expectativas”.

89

90

91

92

93

94

95

Iara explica que esta dinâmica populacional da região incentiva a especulação imobiliária, elevando intensamente o custo dos imóveis, e inicia uma reação em cadeia: 1) o aumento da ocupação irregular devido à migração constante de pessoas sem condições de comprar um imóvel nas áreas regulares dos municípios, e que passam a ocupar áreas de risco e de preservação permanente. 2) O aumento do desmatamento, do volume de esgoto e de lixo, perda da cultura local das comunidades tradicionais e ainda maior demanda por água na região. “Resumidamente, é este o cenário crítico que acontece no LN”, alerta.

96

97

98

99

100

101

102

Ela cita outras consequências afetas à disponibilidade hídrica. “Apesar de sermos conhecidos como região chuvosa, ao olharmos pontualmente algumas bacias, observamos que estas não têm mais tanta água. Em um pior cenário de seca, algumas bacias não teriam água sequer para uma bactéria, por exemplo, no rio São Francisco, em São Sebastião, em estado crítico”. Este rio é praticamente um estreito córrego em direção à praia, em decorrência das interferências humanas. “Parece um quadro apocalíptico, mas o objetivo deste do mapa em tela é contribuir para que os gestores dimensionem o crescimento da região para evitar o excesso de ocupações em áreas já restritas hidricamente”, Iara frisa.

103

104

105

106

Fábio Pincinato afirma que pela base de dados sob atualização final, percebe-se que bacias hidrográficas em estado crítico na região crescem em incidência em Ilhabela, onde a bacia do Paquera/Cego já entrou para estado crítico com mais de 50% do Q7-10 outorgado. Segundo ele, a bacia de Guaxiduba, em Caraguatatuba, também passa do mesmo limite de outorga.

107

108

“Aumenta a população, aumenta também a demanda por água, restringindo o volume disponível. Precisamos encontrar uso da água com maior racionalidade, incluindo reúso, medidas alternativas para a

109 preservação deste nosso patrimônio”, acentua Pincinato. Ele explica que a sensação que chove muito na
110 região e que não faltará água é falsa, porque a encosta da Serra do Mar é íngreme. “Temos 36 bacias
111 pequenas que não armazenam água, como acontece em outras regiões de grandes planícies, além disto,
112 a devastação de nossas florestas agrava processos de seca, porque áreas devastadas não represam
113 água”.

114 lara assevera que os mapas oficiais com dados do Departamento de Águas e Energia Elétrica do
115 Estado de São Paulo (DAEE) demonstram o contingente de pessoas que tem autorização (outorga) para
116 captação de água. “Como todos sabemos, o Litoral Norte tem grande número de captações irregulares,
117 diretamente de cachoeiras. São captações sem controle, não temos a real dimensão da vazão de retirada
118 desta água, o que depende do diâmetro das tubulações, e havendo grandes volumes de água sendo
119 retiradas sem registro no órgão técnica, a situação é mais grave do que registrada pelos dados oficiais”.

120 lara alerta que os dados oficiais não demonstram com perfeição a situação real. Se
121 representasse haveria outras bacias hidrográficas em estado crítico no LN.

122 lara apresenta estudo elaborado por Fernando Parodi. Considerando a população residente é
123 possível perceber que a disponibilidade hídrica diminuiu pelo aumento dessa população entre 2009 e
124 2015, mas o volume de água está acima de 11 mil metros cúbicos (acima de 10 mil é considerada
125 situação muito boa). “Mas quando incluímos população sazonal de segunda residência, o volume de
126 disponibilidade hídrica cai pela metade. Quando consideramos população residente, sazonal e a de pico,
127 (do Natal ao Carnaval), a disponibilidade cai pela metade”, afirma lara. “Se a gestão for feita sem estas
128 condicionantes teremos problema, já que há população excedente em alguns meses do ano, deixa a
129 disponibilidade hídrica quatro vezes menor”.

130 Todo este cenário também afeta o esgotamento sanitário, um dos aspectos mais importantes do
131 Litoral Norte. Segundo lara, do total gerado e coletado há melhora porque em 2011, o índice era de
132 37,5% e atualmente subiu para 57,3%. “Pela primeira vez saímos do vermelho, mas ainda há 13 mil
133 ligações factíveis na região (imóveis não ligados à rede de captação existente por não querer pagar pelo
134 serviço, entre outras razões). Em todos os anos, temos este contingente de ligações factíveis, é preciso
135 uma campanha eficaz”.

136 De acordo com lara, entre o esgoto coletado e tratado, em 2011, o tratamento atingiu 33,8%, e em 2016
137 46%. Quanto à redução da carga orgânica em 2011 o índice foi de 30,9% e em 2015, 39,7%. “De todo
138 esgoto produzido nem a metade é tratada”. Estes dados se referem à população residente, ou seja, 300
139 mil pessoas, sem considerar mais 1 milhão de pessoas na temporada de verão. “Estes dados são
140 fornecidos pela Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) que não considera
141 emissários submarinos da Sabesp como estações de tratamento de esgoto, mas apenas disposição de
142 esgoto final no mar, após peneiramento, cloração e gradeamento (tratamento primário)”.

143 lara afirma que gradativamente estamos perdendo qualidade de nossos rios. “Até 2011, a cor
144 azul (qualidade ótima) ainda se fazia presente nos dados. Depois deste ano, este padrão desaparece.
145 Algumas classificações que já eram regulares começam a ficar ruins. Ao observarmos dados históricos
146 percebemos que a condição ótima deixa de existir e a ruim aumenta. Se nada for feito, até a qualidade
147 boa (verde) poderá tender a regular (amarela) e vai decair com o passar do tempo”.

148 Ela afirma que este quadro decorre do o aumento da população, sem estrutura suficiente de
149 saneamento básico, do aumento do consumo de água, produção de esgoto e lixo, impactando a
150 qualidade dos rios, das praias, da vida de todos e dos ecossistemas. Quanto ao Índice de Qualidade da
151 Água, o rio Acarau (Ubatuba) continua com a classificação ruim, e o rio Lago (Caraguatatuba) entrou no
152 rol do estado crítico, que antecede o péssimo, sendo os piores do Litoral Norte.

153

154 **Água potável para consumo**

155 “Atualmente nem todos os mananciais do Litoral Norte são monitorados. Percebe-se que a cor
156 azul (ótima) dos mananciais também desapareceu, mesmo estas áreas estando dentro de áreas de
157 proteção integral, que deveriam, em tese, estar totalmente protegidas. Mas a classificação amarela
158 (regular) começa surgir”, afirma lara.

159 Segundo ela, é importante pensar que a água para abastecimento público no Litoral Norte não
160 precisa de tratamento secundário, mas apenas cloração e filtro. “Esta é também uma questão para a
161 gestão, estamos perdendo qualidade dos mananciais de abastecimento público”.

162 Entre 2007 e 2015, foram monitorados no Litoral Norte os mananciais dos rios Claro, São
163 Francisco e Córrego das Tocas, classificados como bom, mas com histórico de classificação irregular

164 aparecendo. “Tudo que chega aos rios vai em direção ao mar. Assim, a qualidade das praias na região
165 permanece regular e boa”. lara cita que em 2007, cerca de 15 praias tinham qualidade ótima, em 2015
166 restaram apenas 7 nesta condição. “Percebemos no gráfico que predominam praias em estado regular”.

167 Ela alerta que o Litoral Norte passa por situação muito semelhante ao que sofreu a cidade de
168 Santos, que se desenvolveu rapidamente, atraindo muita ocupação irregular, mas sem o aparelhamento
169 urbano adequado. “Hoje grande parte das praias de Santos mantém bandeira vermelha. Nós estamos no
170 meio deste caminho, não temos estrutura que acompanhe este ritmo de crescimento e desenvolvimento.
171 O investimento da Sabesp, dos governos municipais e Estadual não acompanha o nível de crescimento
172 populacional da região. Se continuarmos assim a tendência é que predominem em nossas praias as
173 bandeiras vermelhas. Em 2015, somente duas praias do Litoral Norte foram consideradas ótimas o ano
174 todo, ambas de Ubatuba: Prumirim e Pulso”.

175 lara frisa que esta perda de qualidade tem efeitos na qualidade ambiental e também no índice de
176 doenças de veiculação hídrica, além do impacto negativo ao turismo. Mais uma vez, ela alerta pela
177 necessidade de gestão acerca desta gravidade.

178 Mapa demonstrado existência de captações irregulares de água (por mangueiras, sem controle)
179 no Litoral Norte aponta incontáveis pontos pelas quatro cidades, especialmente em Ubatuba, São
180 Sebastião e Ilhabela. “Infelizmente não temos a vazão de cada um destes pontinhos, mas se cruzarmos
181 estas informações com mapa anterior teremos ideia de que há captações irregulares sobre bacias
182 hidrográficas críticas”.

183 **Perigo de inundações**

184 A empresa RHIGeMA - Recursos Hídricos, Geologia e Meio Ambiente Ltda., gentilmente,
185 elaborou um estudo junto ao CBH-LN. Com a base de dados do IG (Instituto Geológico), a empresa
186 mapeou níveis de perigo de inundação em áreas de bacias hidrográficas do Litoral Norte, com referência
187 às características físicas da região, em razão da região montanhosa. “Este é um trabalho muito refinado e
188 útil à Defesa Civil porque mostra perigo alto e muito alto de inundação em todos os quatro municípios,
189 uma situação mais preocupante até do que havíamos pensado”, afirma lara.

190 Entre as áreas mais críticas estão a Costa Sul de São Sebastião, área de maior adensamento
191 populacional em Ilhabela, área Sul de Caraguatatuba e ao longo de Ubatuba.

192 Segundo lara “Além dos desmatamentos e das ocupações irregulares que agravam poluição por esgoto e
193 captação irregular de água, da falta de infraestrutura para arcar com o enorme aporte de turistas em
194 época de temporada, e dos riscos de inundações decorrentes da própria degradação ambiental, existem
195 estudos específicos para o Litoral Norte acerca da mudança climática, aquecimento global e
196 intensificação de eventos extremos”, afirma lara.

197 Segundo ela, ainda não há indicadores desses temas, mas por exemplo, as chuvas que
198 afetaram Maresias e Boiçucanga (São Sebastião) no ano passado, vão acontecer cada vez mais. “Este é
199 um estudo para alertar a necessidade urgente de medidas mitigatórias a partir de já”. Ela apela aos novos
200 gestores municipais. “Esta providência precisa ser feita sob pena de não haver tempo de evitar perdas
201 humanas. Este é um aspecto novo do nosso Relatório de Situação. Estamos à beira do mar, sujeitos a
202 elevação da maré, erosão, deslizamentos de terra e inundações. São assuntos que não tratamos
203 atualmente e precisamos começar a nos prevenir”.

204 Ela esclarece que em razão de todo este cenário é feita a revisão do Relatório de Situação dos
205 Recursos Hídricos e do Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte, com diagnóstico, prognósticos,
206 metas e ações a serem executadas, “o que estamos dispostos a fazer para mudar o cenário apocalíptico
207 do Litoral Norte?”. No ensejo aproveita para reforçar o convite aos interessados em participar da
208 sequência de Elaboração do Plano de Bacias em 2017.

209 A seguir lara apresentou níveis de cumprimento de ações do Plano de Bacias Hidrográficas do
210 Litoral Norte, sob competência do CBH-LN. Segundo ela, 27% são ações que iniciaram a execução, mas
211 estão paradas por motivos diversos, mas podem ser retomadas. Outros 44% são ações em execução,
212 16% são ações encaminhadas para execução, mas canceladas, por desistências, 6% não foram iniciados
213 e 6% estão concluídos.

214 **Demandas para outros setores do Estado**

215 Em execução (43%),
216 Cancelado durante execução (29%),
217 Parados (29%),
218

219 Não iniciados (14%),
220 Sem êxito na execução (14%)

221

222 **Projetos financiados pelo Fehidro**

223 Em execução (37%),

224 Parados (33%),

225 Sem êxito (17%),

226 Concluído (7%).

227 Não iniciado (6%),

228

229 **Competência: Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalhos e outros parceiros do CBH-LN.**

230 Sob execução (80%)

231 Realizado (10%),

232 Sem êxito (10%),

233

234 **Manifestos do público**

235 Gilda Nunes, representante do Instituto Ilhabela Sustentável, alertou sobre a problemática de
236 captações sem outorgas, principalmente nas regiões norte e sul da cidade, causando estado crítico da
237 subbacia.

238 Fabio Pincinato salientou a importância de divulgar a necessidade de outorgas para captação de
239 água no DAEE, além de aumentar a fiscalização a fim de evitar as captações irregulares. Ele afirmou que
240 esta temática consta no Relatório de Situação dos Recursos Hídricos e que o DAEE está preocupado
241 com a demanda que não aparece na base de dados.

242 Antonio Colucci, então prefeito de Ilhabela, afirmou que o Sistema Pombo, da Sabesp, de
243 abastecimento de água é destinado especialmente à região Sul de Ilhabela, e que a crise pode ter
244 retardado o início das obras. “Todos sabem que a Prefeitura, nos últimos três anos, investiu na coleta e
245 tratamento de esgoto, em parceria com a Sabesp. Em relação ao sul de Ilhabela, a Sabesp, retomando a
246 questão financeira, precisa acelerar este investimento do Sistema Pombo. Ao norte a distribuição de água
247 foi até Pacuíba, entendemos que reservatório de água possa ser estratégia interessante”.

248 Quanto ao crescimento demográfico de Ilhabela, Colucci diz que, no último censo do IBGE a
249 Prefeitura de Ilhabela concedeu grande auxílio de transporte para contagem de todas as casas e
250 moradores, e que havia defasagem com a demanda de atendimento pelo Programa de Saúde da Família.
251 “Assim, em média, o crescimento foi igual nas quatro cidades da região”, ele considera.

252 Rui Cesar Bueno, representante da Sabesp deu respostas a críticas sobre o emissário
253 submarino esgoto. Segundo ele este sistema é eficaz para atendimento a 20 mil pessoas. Disse ainda
254 que este sistema cumpre padrões internacionais para parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos.

255 Sylvio do Prado Bohn Junior, da Cetesb, afirmou que a Câmara Técnica de Saneamento do
256 CBH-LN discute a questão do emissário submarino de lançamento de esgoto da Sabesp. “O fato é que o
257 emissário não é tratamento de esgoto, é técnica de disposição oceânica do resíduo”, atestou.

258 Silas Barsotti, membro do CBH-LN, falou sobre a importância de inclusão das comunidades
259 tradicionais do Litoral Norte no Relatório de Recursos Hídricos sendo elas as famílias de quilombolas,
260 indígenas e caiçaras.

261 Iara declarou que todas as considerações feitas nesta plenária poderão ser inseridas no
262 Diagnóstico do Plano de Bacias, com o consentimento do plenário.

263 Fabio Pincinato explicou que ambos os temas precisam ser deliberados – o Relatório de
264 Situação dos Recursos Hídricos e o Diagnóstico do Plano de Bacias “que temos de encaminhar até 31 de
265 dezembro deste ano de 2016 à Coordenadoria de Recursos Hídricos”.

266 A plenária aprovou o Relatório de Situação com base em indicadores dos Recursos Hídricos do
267 Litoral Norte de 2016, ano base 2015. A plenária aprovou também o Relatório 1 do Plano de Bacias
268 Hidrográficas do Litoral Norte – Informações Básicas.

269 Fabio Luciano Pincinato falou sobre a Deliberação 171, aprovada pelo plenário, que trata do
270 Plano de Ação para Gestão dos Recursos Hídricos e o Respectivo Programa de Investimentos da UGRHI
271 3 (Litoral Norte). Segundo ele, desde julho de 2016, o CBH-LN trabalhou na elaboração do Plano de Ação
272 e Plano de Investimentos, com base no Diagnóstico do Plano de Bacias, feito a partir de discussões das
273 Câmaras Técnicas do CBH-LN. “Em 2017, iremos contratar o estudo de prognóstico e a organizações

274 das oficinas abertas à sociedade, quando poderão ser aprofundadas as projeções futuras em relação ao
275 crescimento populacional, às demandas de produção de esgoto e consumo de água e também a questão
276 espacial, qual são os limites de crescimento, a capacidade de suporte da região”. Ele explica que o Plano
277 de Ação 2014-2015 foi prorrogado para 2016. “Por isto fizemos novo Plano de Ação até para embasar os
278 investimentos/Fehidro para aplicação em 2017”.

279 Segundo ele, durante o último semestre, na elaboração do Plano de Ação e de Investimentos
280 houve duas condicionantes importantes, a crise econômica no país e a crise hídrica no Estado de São
281 Paulo. Ambos indutores afetaram a necessidade de adequações. Emenda Constitucional 93/2016,
282 aprovada em setembro, mantém desvinculação de receitas da União e estabelece o mesmo quanto a
283 receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. No caso dos Estados e dos Municípios estão
284 desvinculados 30% de todas as receitas vinculadas como fundos, transferências, receitas correntes, etc.,
285 até 2023. O Fehidro é uma das receitas vinculadas. O mesmo vale para montantes arrecadados com o
286 projeto de Cobrança da Água, ainda em desenvolvimento no CBH-LN, mas ativa no CBH-BS (Baixada
287 Santista). Conforme Pincinato já está prevista redução de 30% dos recursos/Fehidro para cada Comitê de
288 Bacias.

289 Ele também abordou embasamentos para elaboração do Plano de Ação e de Investimento, com
290 base em deliberações da Coordenadoria de Recursos Hídricos entre outras normativas.

291

292 **DELIBERAÇÃO CRH "AD REFERENDUM" Nº 185, de 4 de agosto de 2016**

293 Estabelece o formato e o cronograma de entrega dos Planos de Bacias Hidrográficas - PBH e dá
294 providências suplementares relativas à apuração dos indicadores de distribuição dos recursos financeiros
295 do FEHIDRO. (revogada pela Deliberação 188 de 2016)

296

297 **DELIBERAÇÃO CRH "AD REFERENDUM" Nº 188, de 9 de novembro de 2016**

298 Estabelece o formato e o cronograma de entrega dos Planos de Bacias Hidrográficas - PBH e dá
299 providências suplementares relativas à apuração dos indicadores de distribuição dos recursos financeiros
300 do Fehidro

301

302 **PROJETO DE LEI 192/2016 - Plano Estadual de Recursos Hídricos**

303 Aprovado pela Assembleia Legislativa em 22 de novembro de 2016 e sancionado pelo
304 Governador em 14 de dezembro de 2016 (revisão da Lei 9.034/94 e da Lei 7.663/91)

305 - maior integração entre as ações previstas no PERH e no Plano Plurianual (PPA).

306 - melhora do sistema de financiamento oriundo dos recursos do Fundo Estadual de Recursos
307 Hídricos (FEHIDRO).

308

309 **DELIBERAÇÃO COFEHIDRO nº 171, de 05 de dezembro de 2016**

310 Dispõe sobre indicações ao Fehidro no período de 2017 a 2019 utilizando as estimativas de
311 receita do PPA e dá outras providências. (Já considera a EC 93 de 8 de setembro de 2016).

312

313 **DELIBERAÇÃO COFEHIDRO nº 172, de 05 de dezembro de 2016**

314 Altera o item 3.8 do Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento, define
315 procedimentos para fortalecer o Fehidro como fundo rotativo e dá outras providências.

316

317 **DELIBERAÇÃO CRH Nº 190, de 14 de novembro de 2016**

318 Aprova a revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC para fins da aplicação dos
319 instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos.

320 Pincinato afirma que o CBH-LN também reorganizou o PDC (Programa de Duração Continuada),
321 necessário para revisão do Plano de Bacias Hidrográficas.

322 Paulo André frisou sobre a exposição de Lara Giacomini destacando duas ações de alta
323 prioridade para o Litoral Norte, relacionadas ao tratamento de água e de esgoto e também a inundações
324 e enchentes, no Plano de Ação para Gestão dos Recursos Hídricos do Litoral Norte entre 2016 e 2019.
325 Ele também destacou como prioridade média instalação e manutenção de redes de monitoramento
326 hidrometeorológico, com sistema de alerta à Defesa Civil.

327 Paulo André observou ainda a decisão definida em lei estadual para redução de 30% dos
328 recursos/Fehidro dos Comitês de Bacias, que obrigou adequar as previsões de verbas no Plano de Ação,
329 estabelecendo as prioridades alta, média e baixa.

330

331 **Plano de Ação para Gestão dos Recursos Hídricos do Litoral Norte entre 2016 e 2019**

332 Definição de prioridades (alta, média e baixa) é norma orientada pela Coordenadoria de Recursos
333 Hídricos do Estado de São Paulo. Plano de Ação teve aprovação unânime do colegiado do CBH-LN.
334 Abaixo resumo:

335 - Instalação e manutenção de monitoramento fluviométrico e meteorológico, com sistema de alerta para
336 Defesa Civil. (Média)

337 - Estudos, coleta de dados, geoespacializados e diagnóstico para tomada de decisões. (Baixa)

338 - Estudos técnicos por demandas induzidas para subsidiar a implementação do Plano de Bacias
339 Hidrográficas. (Média)

340 - Aprimorar base de dados de usos e outorgas, realizar campanhas de sensibilização nesta área, com
341 foco nos usos consultivos superficiais e subterrâneos e campanhas de fiscalização dos usos. (Média)

342 - Elaborar estudos para enquadramento dos corpos d'água, em classes, abrangendo situação do curso
343 d'água, fontes de poluição e embasamento para programa de enquadramento e metas progressivas.
344 (Baixa)

345 - Desenvolvimento conjunto e/ou participação de projetos, encontros e eventos entre Comitês de Bacias
346 Hidrográficas (Vertente Litorânea e Diálogo entre Bacias) (Média)

347 - Ampliar, aperfeiçoar sistema de coleta e tratamento de esgoto para universalização do saneamento no
348 Litoral Norte (engloba sistemas convencionais e alternativos em áreas urbanas, rurais e isoladas) (Alta)

349 - Compostagem de resíduos orgânicos com potencial de contaminação dos recursos hídricos. (Baixa)

350 - Executar projeto de conservação e recuperação do solo e da água, estimulando prática agroecológicas
351 e obras de engenharia. (Baixa)

352 - Implementar tecnologia de tratamento de água para consumo humano. (Baixa)

353 - Elaborar e implantar planos e projeto executivos de sistema e dispositivos de drenagem. (Alta)

354 - Elaborar e implementar Programa de Capacitação Continuada do CBH-LN, vinculado às prioridades do
355 Plano de Bacias Hidrográficas. (Baixa)

356 - Capacitação contínua das pessoas envolvidas com o CBH-LN nos trabalhos de articulação entre os
357 Comitês da Vertente Litorânea. (Média)

358 - Realizar Fórum Regional de Educação Ambiental, vinculado às prioridades do Plano de Bacias
359 Hidrográficas (Baixa)

360 - Promover educação ambiental sobre ambientes costeiros para diversos públicos envolvidos de forma
361 integrada enquanto Vertente Litorânea. (Média)

362 - Implementar Plano de Comunicação Social e Difusão de Informações para gestão dos recursos hídricos
363 na UGHI 3 (Litoral Norte) (Média)

364 - Produzir material útil aos três Comitês de Bacias da Vertente Litorânea (como audiovisual em site), que
365 demonstre de maneira didática os instrumentos de gestão e a riqueza das bacias hidrográficas e os
366 serviços socioambientais que fornecem. (Média)

367 Mauricio Moromizato acentuou a necessidade de a sociedade civil e as prefeituras reivindicarem
368 o repasse dos recursos/Fehidro em 100%, ou seja, sem o corte previsto de 30% para que os projetos
369 prioritários destinados ao Litoral Norte possam ser viabilizados em sua plenitude.

370

371 **Revisão do Estatuto do CBH-LN**

372 Fernando Parodi, membro do CBH-LN expôs a proposta de revisão do Estatuto deste colegiado,
373 que também foram aprovadas pelo colegiado. Uma das mudanças é a criação do cargo de membros
374 beneméritos no artigo 4º. Também foram estabelecidos critérios de escolha destes homenageados no
375 artigo 8º do Estatuto. No artigo 5º, foi alterada a redação dos incisos II e III que qualificam as
376 organizações com direito a representação no CBH-LN, referentes aos órgãos públicos estaduais e da
377 sociedade civil. Adotou-se a redação dos incisos equivalentes do artigo 24 da Lei Estadual nº 7.663, de
378 30.12.1991 (Política Estadual de Recursos Hídricos e Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos
379 Hídricos).

380 Outra alteração é a substituição do “termo setor público” por “sociedade civil” (artigo 11)
381 referente à representatividade do vice-presidente do CBH-LN. Também foi acrescido o artigo 27, que

382 estabelece quórum mínimo para reuniões que tratem de deliberações sobre critérios, valores e
383 parâmetros da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, nos termos do artigo 6º, § 2º, da Lei Estadual nº
384 12.183, de 29.12.2005 (Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do
385 Estado de São Paulo).

386 Por fim, o artigo 22 passa a estabelecer quorum mínimo de 50% mais 1 do total de membros
387 para início das sessões plenárias do CBH-LN e em segunda convocação após 30 minutos com qualquer
388 número de representantes presentes.

389 A plenária também aprovou a Deliberação 172 do CBH-LN que trata dos critérios de distribuição
390 dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) no âmbito da Bacia
391 Hidrográfica do Litoral Norte. São normas para contemplar projetos apresentados pelo poder público,
392 institutos diversos e segmentos da sociedade civil organizada, destinados ao cumprimento de metas do
393 Plano de Bacias.

394 Marcio José dos Santos, membro da secretaria executiva do CBH-LN, falou sobre esta
395 deliberação. Explicou que a novidade para 2017 é o Cadastro do Sinfehidro (Sistema de Informação do
396 Fundo Estadual de Recursos Hídricos). Todos os candidatos a tomadores do financiamento/Fehidro
397 devem estar cadastrados no Sinfehidro, o que terá prazo para abertura e encerramento de inscrição. O
398 CBH-LN pretende promover a capacitação de tomadores, além disso, há o Manual do Usuário disponível
399 na internet.

400 Marcio Santos destaca que os projetos devem atender incondicionalmente às prioridades do
401 Plano de Bacias do Litoral Norte e do Plano Plurianual de Objetivos, Metas e Investimentos vigentes. Ele
402 também cita a situação especial atual que ocorre a cada quatro anos, com a mudança de governos
403 municipais. Novos governantes precisam estar atentos aos instrumentos de gestão do patrimônio hídrico
404 do Litoral Norte, disponibilizado pelo CBH-LN. Conforme Marcio, após conhecer os valores/Fehidro que
405 estarão destinados à região, o CBH-LN irá elaborar o calendário para novos projetos/Fehidro da
406 sociedade civil e setores públicos.

407 Maurício Moromizato acentuou a importância de esclarecimentos sobre a metodologia para
408 elaboração e apresentação de projetos/Fehidro. Ele encerrou a reunião plenária, desejando Feliz 2017 à
409 todos, e anunciando a próxima plenária do CBH-LN, a ser realizar em março de 2017, na cidade de
410 Ubatuba, o que já está sob anuência do novo prefeito Delcio José Sato, cujo endereço e horário serão
411 definidos à frente e serão informados pela Secretaria Executiva. A reunião foi encerrada às 13:40h , cuja
412 ata foi lavrada por mim Nívia Alencar, representante da NS Comunicação Assessoria de Imprensa do
413 CBH-LN.